

SENADO FEDERAL

INSTITUTO LEGISLATIVO BRASILEIRO – ILB

COORDENAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR - COESUP

RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

2016

SENADO FEDERAL

INSTITUTO LEGISLATIVO BRASILEIRO – ILB

COORDENAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR - COESUP

**RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL REFERENTE AO ANO DE
2016**

BRASÍLIA, MARÇO DE 2017.

FICHA TÉCNICA

Diretor Executivo do ILB : Antonio Helder Medeiro Rebouças

Coordenador da Coordenação de Ensino Superior : José Dantas Filho

Chefe do Serviço de Pós-graduação: Cláudia Gama Franco de Oliveira

Chefe do Serviço de Secretariado Acadêmico: Rafael Henrique Leite e Souza

Chefe do Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão: Verônica de Carvalho Maia Baraviera

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

Representantes da direção do ILB: Paulo Roberto Alonso Viegas e José Dantas Filho;

Representantes do segmento discente: Sílvia Castanheira Oddone e Walesca Borges da Cunha e Cruz ;

Representantes do segmento Técnico-administrativo: Cláudio Cunha de Oliveira e Paulo Ricardo dos Santos Meira;

Representantes do segmento docente : Telma América Venturelli; Rita de Cássia Leal Fonseca e Valéria Ribeiro da Silva Franklin de Almeida;

Representantes do segmento sociedade civil : Maria dos Remédios Santos Albuquerque e Antônio José Barbosa.

LISTA DE GRÁFICOS

Nº DO GRÁFICO	TÍTULO DO GRÁFICO	PÁGINA
GRÁFICO 1	Expectativa dos alunos a respeito da atuação docente	19
GRÁFICO 2	Expectativa dos alunos quanto a responsabilidade da atuação acadêmica do ILB	20
GRÁFICO 3	Expectativa dos alunos e a importância da reputação do ILB	21
GRÁFICO 4	Expectativa dos alunos quanto a atuação dos serviços de apoio acadêmico	21
GRÁFICO 5	Expectativa dos alunos quanto a atuação das coordenações	22
GRÁFICO 6	Expectativa dos alunos a respeito do acervo disponível para estudos	23
GRÁFICO 7	Impacto do curso na atuação dos alunos no serviço público	24
GRÁFICO 8	Impacto do curso na perspectiva de atuação profissional dos alunos	25

SUMÁRIO

PRÓLOGO	7
I – INTRODUÇÃO	10
2 – METODOLOGIA	15
3 – DESENVOLVIMENTO: A ADERENCIA DO ILB AOS EIXOS ESTABELECIDOS NO SINAES	17
3.1 – EIXO 1 : PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL	17
3.2 – EIXO 2 : DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	27
1 – Missão e plano de desenvolvimento institucional	27
2 – Responsabilidade social	37
3.3 – EIXO 3 : POLÍTICAS ACADEMICAS	38
1 – Políticas para o ensino, a pesquisa e a extensão	38
2 – Comunicação com a sociedade	43
3 – Política de atendimento aos discentes	43
3.4 – EIXO 4 :	34
1 – Políticas de pessoal	47
2 – Organização e gestão da instituição	48
3 – Sustentabilidade Financeira	55
3.5 – EIXO 5 : INFRAESTRUTURA FÍSICA	58
4 – ANALISE DOS DADOS E DAS INFORMAÇÕES	67
5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	68

PRÓLOGO

O **RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DE 2016** do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) atende ao que estabelece o SINAES (Lei n. 10.861/04) e o Regulamento da CPA/ILB, tendo consolidado como marcos de atuação dois objetivos:

1) analisar os resultados obtidos por meio dos instrumentos de avaliação utilizados até então;

2) institucionalizar práticas de avaliação, como formas de insumos para as tomadas de decisões.

O acompanhamento das diferentes dimensões acadêmicas e institucionais se constitui em trabalho perene. A vivência de diferentes Projetos Políticos Pedagógicos, pesquisas e atividades de extensão têm apontado para a importância de se ter o conjunto destas dimensões que compõem objeto das análises avaliativas, associado aos encaminhamentos e decisões que permitam a visibilidade do desenvolvimento institucional do ILB como Escola de Governo.

O monitoramento das decisões em cada dimensão analisada compreende também processo avaliativo retroalimentado das ações propostas pela comunidade acadêmica.

Para assumir essa dupla função, a autoavaliação institucional no ILB integra atividades dinâmicas, contínuas e que procuram estimular o envolvimento dos atores institucionais. A proposição do trabalho se apoia em um processo dialógico com a comunidade acadêmica, por meio da análise crítica e da legitimação das Matrizes de Avaliação das diferentes dimensões institucionais.

A determinação de realizar atividades avaliativas se impõe pela necessidade de aperfeiçoar os mecanismos de compreensão da realidade institucional. Esse foco se caracteriza pela adoção de dinâmicas avaliação, em períodos de tempo e espaço organizados e definidos, o que expande o conhecimento do projeto pedagógico real.

Neste sentido, o trabalho avaliativo se fortalece por sua utilidade, uma vez que, conhecendo as demandas mais específicas das diferentes especialidades e setores, a Comissão Própria de Avaliação (CPA) consegue apontar informações mais precisas para as tomadas de decisão, que geram reorientação das ações e superação das deficiências.

Para que as ações de acompanhamento e avaliação se tornem efetivas sua condução exige o acompanhamento do cotidiano dos sujeitos, o que inclui, entre outros aspectos:

- Sua integração na agenda do ILB como parte da dinâmica dos trabalhos;
- Decisões compartilhadas;
- Apoio operacional e especialmente tecnológico para agilização de coleta e análise de dados;
- Definição clara de responsabilidades dos agentes envolvidos;
- Elaboração de manuais técnicos, protocolos, instrumentos de orientação que deem suporte à implementação das atividades avaliativas;
- Difusão crítico analítica dos processos decisórios.

A CPA tem desencadeado diferentes práticas avaliativas para o aperfeiçoamento dos eixos qualidade, organização didático-pedagógica do ensino, da pesquisa e da extensão. No relatório avaliativo referente ao exercício de 2016, a CPA apresenta os resultados das análises dos seguintes eixos:

- Planejamento e Avaliação Institucional,
- Desenvolvimento Institucional,
- Políticas Acadêmicas,
- Políticas de Gestão,
- Infraestrutura Física.

Neste **RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL 2016** são destacados aspectos considerados fundamentais dos trabalhos realizados ao longo do ano de 2016, que permitiram a implantação do processo de autoavaliação nos cursos, ou seja:

- A metodologia aplicada,
- Os procedimentos utilizados e,
- As análises realizadas.

A autoavaliação institucional empreendida, representou um salto qualitativo, na medida em que, sem desconsiderar as especificidades dos cursos e seus encaminhamentos avaliativos, se transformou em realidade a prática avaliativa crítica e positivada pelo processo de análise, resolução de problemas e aperfeiçoamento de processos.

1 – INTRODUÇÃO : COMO AGIMOS EM 2016

A avaliação objetivada e crítica é imprescindível para os processos de construção, aperfeiçoamento, deliberação e desenvolvimento dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) da pós-graduação do ILB, independentemente da fase em que estes se encontram. O exercício avaliativo de olhar para si e para o mundo tem permitido aprofundar o entendimento do contexto e da realidade institucional, identificando seus vazios, necessidades e potencialidades, além de permitir a correção de rumos e a segurança do caminhar na direção dos objetivos desejados.

O ILB como membro da Rede Nacional das Escolas de Governo¹, está se adequando ao redesenho implantado desde 2013 quando do seu credenciamento pelo Ministério da Educação (MEC). A nova organização institucional propõe adequação às exigências da educação superior brasileira valorizando princípios da interdisciplinaridade, diversidade, agilidade na comunicação, descentralização e atendimento às peculiaridades dos diferentes cursos oferecidos.

O impacto gerado pelos processos de autoavaliação implementados ao longo do ano de 2016 foi tão profundo que já no segundo semestre do referido ano o Senado Federal demandou a implantação de três novos cursos de especialização, ato concretizado em novembro. A procura por vagas da parte de alunos oriundos do quadro de pessoal do Senado Federal e de outros órgãos da administração pública reflete a posição de destaque que o ILB está construindo para si e para a sociedade.

Neste mesmo ano de 2016 foram selecionados e instalados quatro grupos de pesquisa nas seguintes áreas:

1. **Ciência Política:** Avaliação de Impacto Legislativo;

¹ A Rede Nacional de Escolas de Governo tem como objetivo aumentar a eficácia das instituições que trabalham com formação e aperfeiçoamento profissional dos servidores públicos dos três níveis de governo.

2. **Comunicação Legislativa:** O papel da Comunicação do Poder Legislativo no Panorama Comunicacional da Sociedade;
3. **Orçamento Público:** Orçamento e Democracia: Conexão Orçamentária, Responsividade Democrática e Qualidade da Democracia;
4. **Tecnologia da Informação voltada ao Legislativo:** Legimática: Extração de Informação pela Análise Estruturada de Textos Legislativos e Jurídicos.

Também no segundo semestre de 2016 foi criado o portfólio de cursos de extensão, resultante de consulta feita aos membros da comunidade acadêmica e também aos demais servidores do Senado Federal.

O reconhecimento da importância institucional do braço de ensino superior do ILB se concretizou na aprovação e execução do orçamento solicitado para as inovações implementadas ao longo do ano de 2016, notadamente aquelas mais destacadas como a implantação de três novos cursos de pós-graduação, a instalação de quatro grupos de pesquisa, a criação de portfólio de cursos de extensão.

Mantendo o entendimento manifesto no relatório de autoavaliação do triênio 2013-2015 as avaliações e o processo de autoavaliação dos cursos de pós-graduação do ILB emergem com a perspectiva e a relevância da indissociabilidade entre o PPC e o Projeto Avaliativo que justamente possibilitam a cooperação para a produção e análise de informações e conhecimentos que revelem uma perspectiva ampliada e efetiva dos meios para ações institucionais.

Da mesma forma, os PPCs devem estar articulados e convertidos em estratégias institucionais, para que as ações dos docentes, gestores e alunos sejam menos descontínuas e individualizadas. Deve haver um compromisso com a coerência entre o Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI) e os PPCs com as autoavaliações avaliações – Institucional e de Curso. A parceria entre a Comissão Própria de Avaliação, órgão responsável pelo desenvolvimento da autoavaliação institucional, da Diretoria Executiva do ILB (DEXILB) com a Coordenação de Ensino Superior (COESUP) se torna

relevante e constitui o alicerce fundamental para a formulação/implementação da política de autoavaliação dos cursos.

PRINCÍPIOS

A elaboração deste **RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL 2016** foi orientada pelos seguintes princípios:

- Continuidade e perspectiva formativa onde os envolvidos situam seus fazeres, apontam redirecionamentos, aperfeiçoam suas ações e se desenvolvem;
- Compromisso do processo de tomada de decisão baseados em dados mensuráveis e analisáveis nas perspectivas qualitativa e quantitativa;
- Desvinculação do caráter punitivo, discriminatório e burocrático sendo a avaliação um instrumento político dirigido à emancipação das pessoas, da instituição;
- Legitimação da avaliação como instrumento de reconstrução de práticas que emerge de um processo de confronto e negociação construído a partir do reconhecimento das diferenças e acolhimento da diversidade;
- Integração de processos avaliativos compreendida no contexto da dinâmica do ILB, dialogando com a avaliação contínua do aluno, do docente e das diferentes dimensões da instituição;
- Fortalecimento da autonomia sendo a prática da avaliação uma iniciativa da instituição que possibilita a reflexão contínua sobre ações de forma a produzir decisões fundamentadas em estudos e perspectivas da realidade.

OBJETIVOS

1) Institucionalizar os processos de autoavaliação das ações de ensino, pesquisa e extensão do braço de ensino superior do ILB;

2) Subsidiar, acompanhar e divulgar o trabalho avaliativo das coordenações de cursos nas suas diferentes etapas (elaboração, sensibilização, implementação do processo avaliativo e divulgação dos resultados);

3) Produzir indicadores institucionais que ofereçam bases sustentáveis para o processo decisório tanto no âmbito interno do ILB quanto do Senado Federal em suas ações voltadas para o aperfeiçoamento do seu pessoal ocupado.

Com base nos princípios e objetivos apresentados, as ações para elaboração deste relatório foram estruturadas levando em consideração as seguintes perspectivas:

- **técnica:** envolvendo a definição de critérios, indicadores e instrumentos;
- **cultural organizacional:** relativa às práticas a serem sedimentadas de avaliação;
- **política:** voltadas às relações de poder entre as esferas de gestão e os diferentes atores envolvidos no trabalho da instituição – que se integram no sistema organizacional do ILB orientando, principalmente, as tomadas de decisão.

2 – METODOLOGIA : COMO TRABALHAMOS PARA PRODUZIR INFORMAÇÕES PARA ESTA AUTOAVALIAÇÃO

Os processos de avaliação no ano de 2016 foram implementados considerando sua importância e suas razões. Todas as ações executadas passaram por questionamentos de natureza objetiva, organizada, com padrão e grau de comparabilidade. Estes processos mantiveram relação com aqueles executados em 2015 e descrito em relatório aprovado pela CPA que os validou em três fases, a saber:

- **Fase 1 – avaliação Ex-ante:** Permitiu ajustar a formulação dos PPCs, produzindo melhorias ainda no seu desenho. Foi constituído de caráter diagnóstico e comparativo entre a avaliação de expectativa e de impacto.

- **Fase 2 – avaliação de Processo:** Caminha em paralelo com o desenvolvimento e implementação do PPC. Tem objetivo de subsidiar a tomada de decisões que permitam reforçar ou reorientar ações e corrigir aspectos do cotidiano dos cursos.

- **Fase 3 – avaliação de Resultado e Impacto:** Ocorre oferecendo um caráter sistêmico ao trabalho avaliativo.

Efetivamente foram utilizados os seguintes meios para a obtenção de informações:

1. Reuniões setoriais;
2. Reuniões com especialistas;
3. Aplicação de survey para avaliação de expectativa, avaliação discente, avaliação docente, avaliação da infraestrutura, avaliação das coordenações, levantamento de temas de interesse para criação de grupos de pesquisa e cursos de extensão;
4. Reuniões com alunos.

Ao longo do ano de 2016 foram realizadas atividades avaliativas que atingiram como segmentos alunos ativos, professores, servidores do Senado Federal e egressos.

As análises seguiram procedimentos técnicos que variaram de acordo com a natureza e objetivos das informações coletadas. Para o caso das reuniões realizadas foram adotados procedimentos aplicados em grupos focais como por exemplo o *brain storming*. Nos diversos questionários aplicados a segmentos específicos da comunidade acadêmica o tratamento das informações buscou estabelecer o equilíbrio entre as medias sem, contudo, ignorar situações específicas que indicavam necessidade de intervenção pontual ou institucional.

Como resultado da reestruturação da CPA promovido a partir do segundo semestre de 2015, foi possível implementar rotinas de trabalho e discussão para a sistematização de demandas, ideias, sugestões; validação de instrumentos e procedimentos. Também ações de sensibilização sobre a importância estratégica da cultura da avaliação e consequente autoavaliação foram levadas a cabo junto à comunidade acadêmica e ao Senado Federal.

As características específicas da atuação no segmento ensino superior para uma Escola de Governo foram tratadas no âmbito da CPA e consideradas na escolha e formulação instrumentos de avaliação e seus diversos meios. A discussão sobre estas características está sendo conduzida em âmbito interno pela Coordenação de Ensino Superior (COESUP) do ILB e externamente por meio da vinculação e associação as demais escolas instaladas no país.

III – DESENVOLVIMENTO : ADERENCIA DO ILB AOS EIXOS ESTABELECIDOS NO SINAES

EIXO 1 – PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Neste eixo estão apresentados os resultados das análises realizadas pela CPA com relação aos processos de avaliações interna dos cursos de pós-graduação *lato sensu* do ILB. Habilitado desde fevereiro de 2016 para receber a visita técnica da comissão de credenciamento do Ministério da Educação, o que não ocorreu, o ILB aguarda a concretização desta etapa para agir a partir de avaliação externa.

O Quadro 1 apresenta os tipos de avaliação aplicados ao longo do ano de 2016 para os segmentos discente e docente.

QUADRO 1 – Cursos de pós-graduação *lato sensu* e respectivas avaliações internas aplicadas em 2016

CURSOS	DISCENTE	DOCENTE
Direito legislativo	Avaliação do desempenho docente, avaliação das coordenações, avaliação da infraestrutura, avaliação final do curso.	Autoavaliação, avaliação das coordenações, avaliação da infraestrutura, avaliação dos alunos.
Orçamento público	Avaliação de expectativas, avaliação do desempenho docente.	Autoavaliação
Gestão Integrada de Projetos	Avaliação de expectativas	
Análise de constitucionalidade	Avaliação de expectativas	
Análise de políticas públicas	Avaliação de expectativas	

Os instrumentos de avaliação aplicados em 2015 foram reformulados e validados pela CPA, nesta discussão aspectos como aperfeiçoamento da linguagem, aproximação

com os objetivos, adequação visual e outros foram levados em consideração. Foram redesenhados os seguintes questionários:

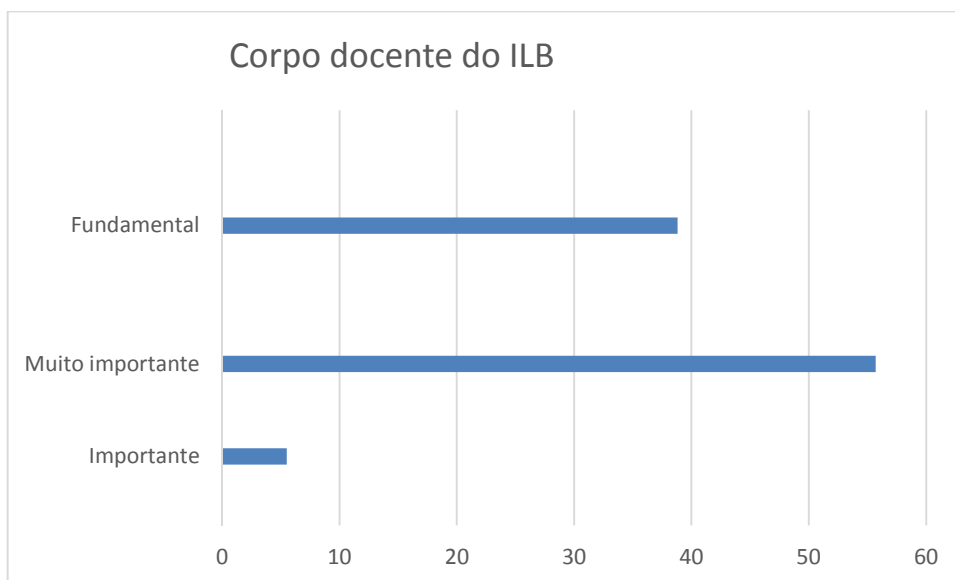
1. Autoavaliação e avaliação da disciplina pelo aluno;
2. Autoavaliação e avaliação da disciplina pelo professor;
3. Avaliação de expectativas;
4. Avaliação do professor pelo coordenador;
5. Autoavaliação do coordenador geral;
6. Autoavaliação do coordenador pedagógico;
7. Avaliação do coordenador geral pelos professores;
8. Avaliação do coordenador geral pelos alunos;
9. Avaliação do coordenador pedagógico pelos professores;
10. Avaliação de infraestrutura e serviços de apoio pedagógico.

O curso de Direito Legislativo foi encerrado em setembro de 2016, sendo o único que completou o ciclo avaliativo para o período. Os cursos de Orçamento Público, Gestão Integrada de Projetos, Análise de Constitucionalidade e Avaliação de Políticas Públicas fizeram a avaliação de expectativas o que representou um marco no trabalho da CPA. Foi possível observar pela primeira vez o alinhamento entre o planejamento das atividades com os anseios da comunidade acadêmica.

No escopo do planejamento realizado pela CPA estavam o aperfeiçoamento docente, a atualização do acervo bibliográfico por meio da revisão do ementário e posterior aquisição de títulos, a adequação das instalações físicas a fim de acolher pessoas com necessidades especiais, o aperfeiçoamento da atividade de coordenação de cursos.

No Gráfico 1 é possível vislumbrar a importância atribuída pelos alunos ao trabalho dos docentes do ILB e seu peso no processo de aprendizagem.

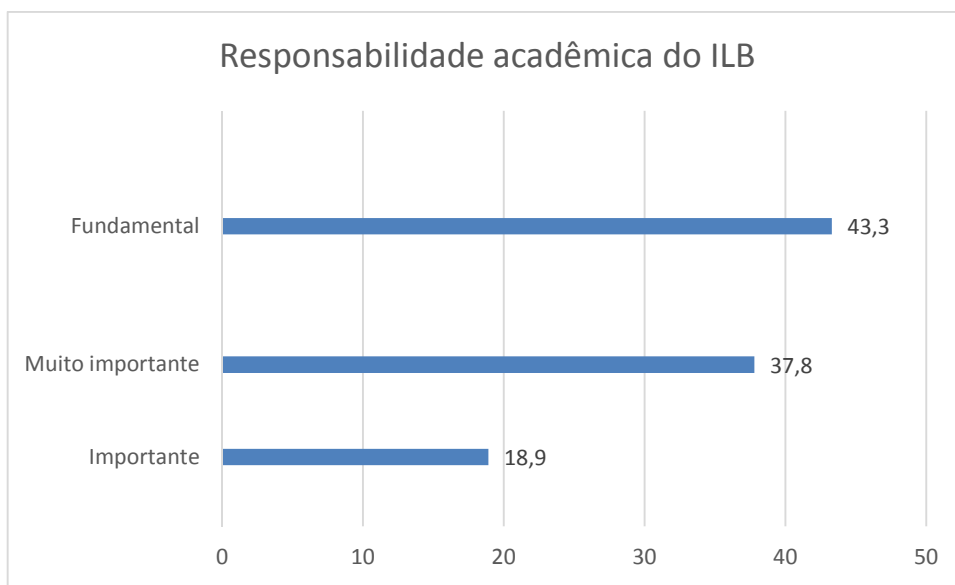
Gráfico 1 – Expectativa dos alunos a respeito da atuação docente



Fonte de dados - ILB

No Gráfico 2 se destaca o peso institucional atribuído pelos alunos ao ILB, reflexo das ações de sensibilização e divulgação do trabalho da escola.

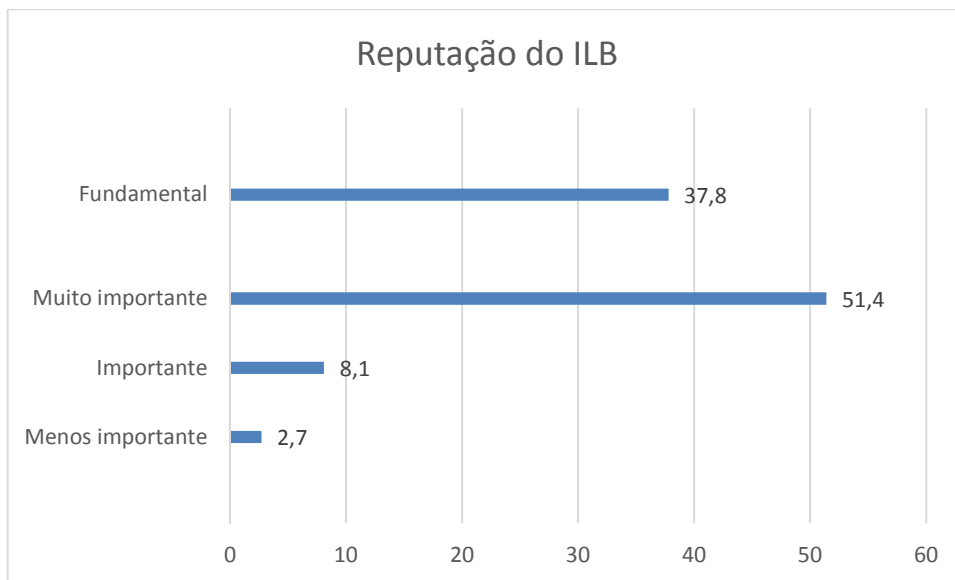
Gráfico 2 – Expectativa dos alunos quanto a responsabilidade da atuação acadêmica do ILB.



Fonte de dados: ILB

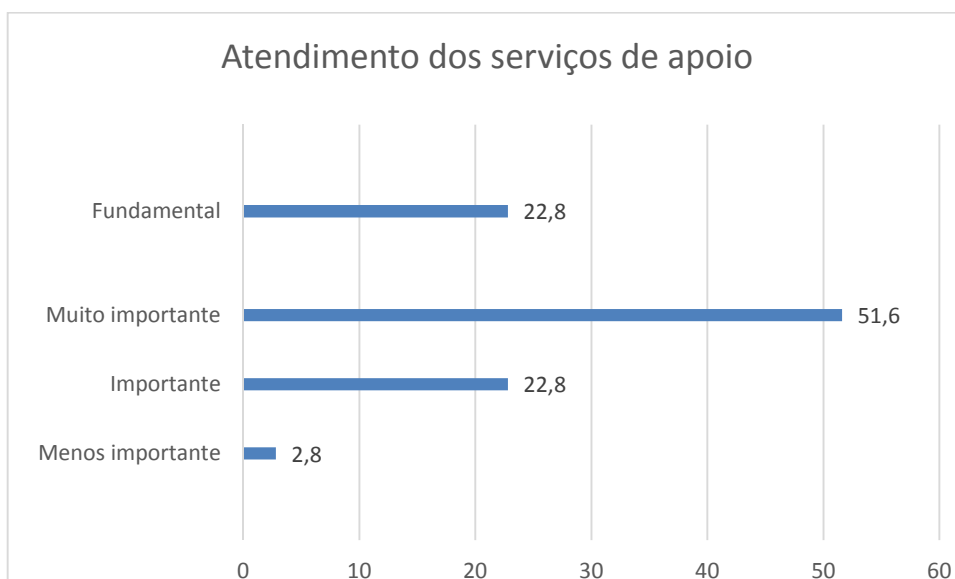
Na esteia da avaliação da imagem do ILB, o Gráfico 3 destaca a relevância da reputação do órgão para a decisão dos alunos ao se inscreverem em nossos cursos.

Gráfico 3 – Expectativa dos alunos e a importância da reputação do ILB



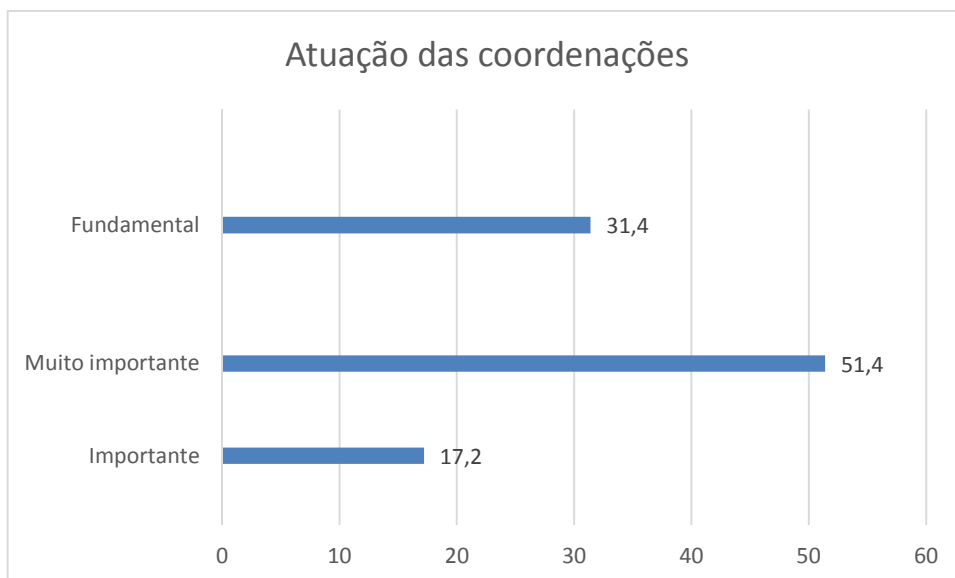
Fonte de dados : ILB

Gráfico 4 – Expectativa dos alunos quanto a atuação dos serviços de apoio acadêmico



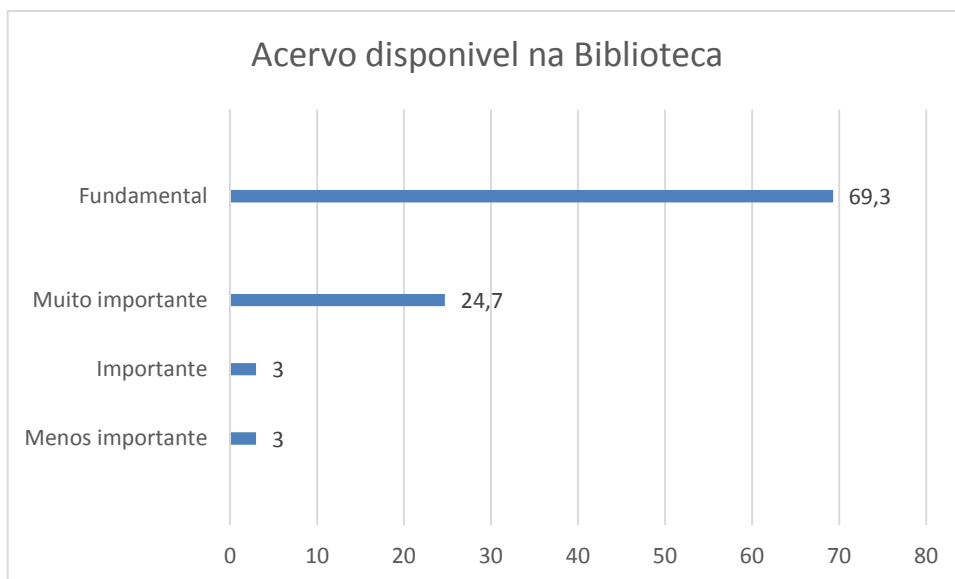
Fonte de dados: ILB

Gráfico 5 – Expectativa dos alunos quanto a atuação das coordenações



Fonte de dados: ILB

Gráfico 6 – Avaliação dos alunos a respeito do acervo disponível para estudos

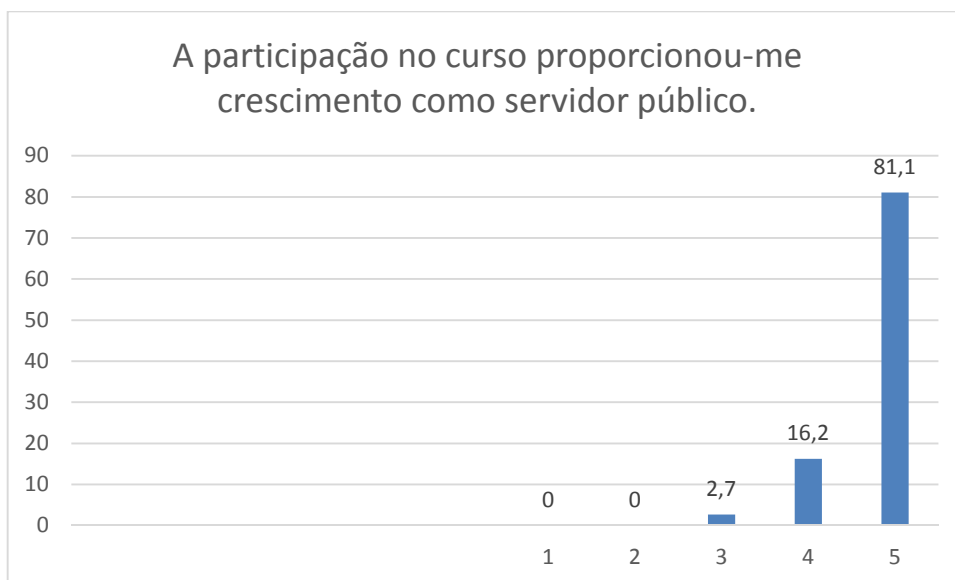


Fonte de dados: ILB

A partir da visão dos alunos que concluíram o curso de especialização em Direito Legislativo foi possível perceber que as mudanças implementadas ao longo de 2015 e 2016 surtiram efeito positivo e apontam que o rumo a ser dado ao trabalho do ILB é do constante aperfeiçoamento a partir de processos racionais de autoavaliação. A seguir são apresentados alguns dos resultados alcançados, contudo, a visão que se tem no momento será complementada pelas avaliações a serem feitas pelos alunos do curso de Orçamento Público, prevista para setembro de 2017 e pelos alunos dos cursos de Gestão Integrada de Projetos, Análise de Constitucionalidade e Avaliação de Políticas Públicas que tem seu encerramento previsto para o primeiro semestre de 2018.

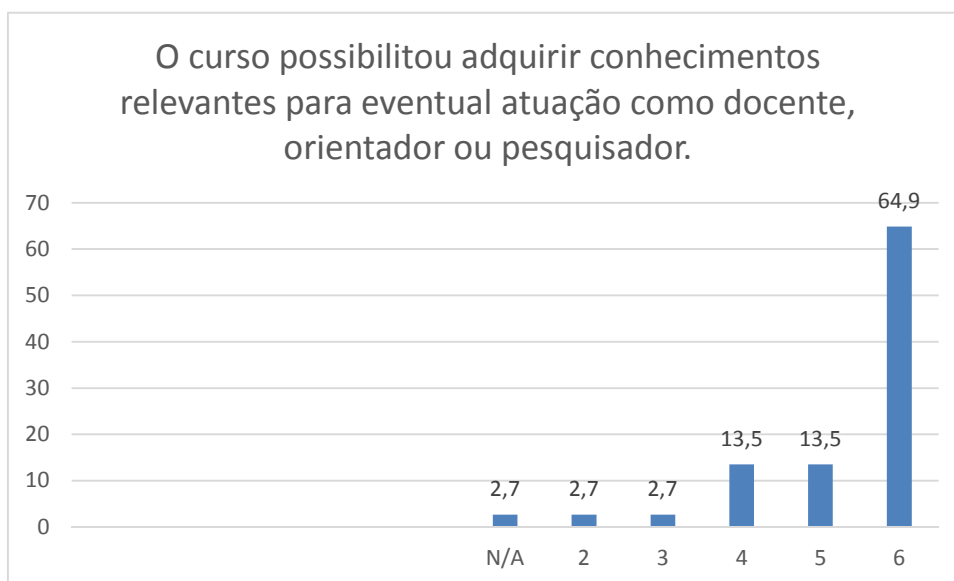
Ao serem questionados a respeito do impacto do curso em relação a atuação como servidores públicos 81,1% declaram que ocorreu impacto positivo.

Gráfico 7 – Impacto do curso na atuação dos alunos como servidores públicos



Fontes de dados: ILB

Questionados quanto ao modo como os alunos se viam no futuro, ou melhor, se imaginavam atuar como docentes, orientadores ou pesquisadores 64,9% deles afirmaram que se sentem animados com estas perspectivas. Esta posição fortalece o trabalho do ILB na medida em que a adesão dos alunos ao curso os levou a desejar contribuir com a administração pública e com a sociedade a partir da disponibilização do conhecimento adquirido e do tempo pessoal.

Gráfico 8 – Impacto do curso na perspectiva de atuação profissional dos alunos

Fonte de dados: ILB

PERFIL DOS ALUNOS DO ILB

Assim como se destacou no relatório do triênio 2013-2015 a maioria dos alunos dos cursos de pós-graduação do ILB são do sexo masculino, no ano de 2016 esta característica foi ainda maior, com a seguinte distribuição: alunos do sexo masculino 61,4% e do sexo feminino 38,6%.

Ainda que dados sobre a distribuição por sexo dos servidores públicos sejam pouco difundidos a Escola Nacional da Administração Pública (ENAP) em sua série a respeito de gênero, destacou para o ano de 2014 que 54% dos servidores públicos federais pertenciam ao sexo masculino e 46% ao sexo feminino. No Senado Federal há uma prevalência maior para o sexo masculino em seu quadro de pessoal.

Quanto as idades, tivemos para os alunos do ano de 2016 uma variação de 25 anos o mais jovem a 55 anos o mais velho. A média das idades ficou em 35,7 anos. Agregando a questão etária ao tempo de serviço encontramos um tempo médio de trabalho no Senado Federal ou na Administração Pública de 4 anos com mínimo de 06

meses e máximo de 18 anos. Ou seja, os alunos do ILB têm diante de si, uma caminhada profissional de cerca 15 anos ou mais. Isto fortalece as ações de capacitação no nível da pós-graduação, que tem o objetivo de devolver para a sociedade servidores com maior capacidade técnica numa relação custo e benefício mais justos.

O tipo de vínculo funcional dos alunos com o Senado Federal e outros órgãos da Administração Pública se efetivos ou comissionados trouxe que para o ano de 2016, uma nova composição, diferente daquela que prevaleceu no triênio 2013-2015 em que a maioria dos alunos inscritos eram servidores efetivos. Com a entrada dos alunos dos novos cursos este quadro se alterou um pouco. No curso de Avaliação de Políticas Públicas temos que 77,7% dos alunos são comissionados e no curso de Análise de Constitucionalidade 61,7% tem o mesmo tipo de vínculo. No geral, a distribuição encontrada foi de 51,7 alunos servidores efetivos e 48,3% alunos servidores comissionados.

EIXO 2 – DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

1 – Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional

Em 1997, foi criado o ILB, com um ideal modernizador, o ILB nasceu como um centro de altos estudos dedicado a qualificar os servidores do Senado Federal para o exercício pleno de suas funções, com medidas nos campos da educação, cultura e cidadania.

Com o tempo e com a maturidade da Instituição, o ILB ampliou sua abrangência e passou a disponibilizar suas atividades a instituições conveniadas e, mais tarde, com a chegada da Educação à Distância, a todos os cidadãos brasileiros.

Em 2013, o ILB passou a oferecer cursos de pós-graduação, certificados pelo Ministério da Educação. São, portanto, três modalidades de cursos oferecidos, atualmente, pelo ILB: cursos à distância, presenciais e de pós-graduação.

Também em 2013, houve a fusão entre o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e o Programa Interlegis – um programa, também criado em 1997, cujo objetivo é levar tecnologia, modernização e capacitação às Casas Legislativas de todo o Brasil.

Até 2013, tanto ILB quanto o Interlegis caminharam sozinhos, mas com um objetivo comum: colaborar, cada um a seu modo, pelo fortalecimento do Legislativo. Enquanto o ILB conduziu sua ação “para dentro” do Senado, como órgão de educação voltado, em primeiro plano, para os servidores, o Programa Interlegis tinha o seu olhar “para fora”, visando integrar e modernizar o Legislativo em suas três esferas.

Com a fusão, o Instituto Legislativo Brasileiro passou a ser o órgão executor do Programa Interlegis, ação que ampliou suas atividades: o ILB tem agora a grande missão de capacitar não só o público interno do Senado Federal, mas também outros servidores do poder legislativo e da administração pública.

Atualmente, os cursos presenciais e a pós-graduação são destinados ao público interno - Servidores do Senado Federal - com uma reserva de 10% para os servidores

das Instituições conveniadas. Já os cursos online são ofertados a todos os cidadãos, com a ressalva de alguns cursos online que são produzidos para cobrir uma demanda de capacitação interna da Casa e do Poder Legislativo.

A Constituição Federal (CF) em seu artigo 39, inciso 2º, determina que a "União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos". Com isto, faz parte das atribuições dos entes federados planejar ações que promovam a melhoria da qualidade de seu capital humano. A forma encontrada para o cumprimento desta determinação tem sido a criação e fortalecimento das escolas de governo.

O Senado Federal por meio do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) foi protagonista ao criar sua própria escola de governo para atender as demandas específicas de capacitação do pessoal do legislativo. Assim, em consonância com o que determina a CF e atendendo ao conjunto de normas que regula a educação brasileira, desde 1997, o ILB vem aperfeiçoando seu modus operandi.

No início ofertando cursos livres, a demanda por capacitação foi sendo atendida e também se tornando mais específica, ao ponto de chegar a necessidade de aperfeiçoar o pessoal do legislativo por meio de capacitação de maior complexidade formal e operacional, como tem sido o exitoso caso dos cursos de pós-graduação lato sensu ofertados em áreas de domínio técnico do legislativo.

Em 2006, por meio do Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro foi criado o Sistema de Escolas de Governo da União (SEGU). Ficou então instituída a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal (PNDP).

Em seu artigo 4º o Decreto 5.707 caracteriza as Escolas de Governo como tendo função precípua de formação e desenvolvimento de seus servidores públicos. Ficou destacado no parágrafo único do mesmo artigo a condição de que as escolas identificarão as necessidades de capacitação que deverão ser consideradas nas programações de suas atividades.

A PNDP tem como objetivos a melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão, o desenvolvimento permanente do servidor público, a adequação das competências requeridas dos servidores aos fins das instituições, tendo como referência o plano plurianual, a divulgação e gerenciamento das ações de capacitação, e a racionalização e efetividade dos gastos com capacitação.

O Sistema de Escolas de Governo da União, por sua vez, tem os seguintes objetivos:

- subsidiar o processo decisório do Comitê Gestor da PNDP;
- apoiar e disseminar a implementação da Política;
- potencializar as ações de capacitação dos servidores públicos; e
- elaborar e executar o Programa de Capacitação Gerencial de Pessoal Civil.

A Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) é a entidade responsável pela coordenação do SEGU, atualmente, segundo a ENAP há 258 instituições governamentais, com diferentes trajetórias e formatos, participando da Rede: escolas de governo propriamente ditas, centros de treinamento e capacitação, universidades, universidades corporativas, secretarias de administração de estados e de municípios, e outras instituições de governo interessadas.

Estas instituições estão assim distribuídas: 95 de nível federal (37%), 101 de nível estadual (39%) e 62 de nível municipal (24%). Cerca de 72% são vinculadas ao Poder Executivo, enquanto que as demais aparecem distribuídas entre os Poderes Legislativo e Judiciário, além do Ministério Público.

Por outro lado, o ILB, cumprindo seu papel de protagonista, obteve seu credenciamento junto ao MEC por meio da Portaria nº 96, de 07 de fevereiro de 2013 do Ministério da Educação credenciou o ILB pelo prazo de 3 (três) anos, para oferta de cursos de pós-graduação lato sensu, em regime presencial. Desde então, o ILB passou a ofertar seus cursos com a necessária segurança normativa e institucional.

O credenciamento junto ao MEC fez com que a oferta de cursos de pós-graduação lato sensu passasse a ser balizada não somente pela PNDP, como também por um conjunto interno de regras que estão descritas no tópico 1.3 sobre a base de atuação.

A Nota Técnica 388 de 2013 da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do MEC esclarece didaticamente como devem funcionar os cursos de pós-graduação lato sensu incluindo aqueles ofertados pelas escolas de governo. Por meio desta documentação procedimentos e ajustes estão sendo feitos tanto na organização dos cursos quanto no dia a dia de seu funcionamento.

O Regulamento Administrativo do Senado Federal (RASf) em sua Seção VIII, trata especificamente da organização, estrutura, funcionamento e abrangência do ILB. Trata-se do único órgão supervisionado do Senado Federal com orçamento próprio e uma série de características que lhe conferem uma maior autonomia administrativa e pedagógica, conforme se pode observar no Organograma apresentado abaixo.

A posição ocupada pelo ILB lhe resguarda a necessária autonomia pedagógica e institucional. No art. 279 do RASf fica estabelecido que compete ao Instituto Legislativo Brasileiro exercer as prerrogativas de Escola de Governo do Senado Federal, e que isto consiste em gerir e executar a Política de Capacitação do Senado Federal, sendo necessário para isto, conceber, formular, executar e avaliar as ações de formação, treinamento e desenvolvimento de pessoas, considerando a diversidade de conhecimentos técnicos institucionalmente requeridos, e incluindo as dimensões estratégica, tática e operacional no que tange aos conhecimentos gerenciais;

É incumbência do ILB propor Planos de Capacitação, com o apoio das demais unidades do Senado Federal. Outra atribuição é promover e fomentar pesquisas científicas relacionadas ao Poder Legislativo e sua inter-relação com os demais poderes e instituições democráticas, bem como disponibilizar o conhecimento produzido aos

cidadãos por meio de cursos abertos e outras iniciativas. O parágrafo 1º do artigo 279 do RASF formaliza as atribuições descritas acima descritas:

§ 1º As ações de formação, treinamento e desenvolvimento de pessoas constarão de Plano de Capacitação Anual ou Plurianual, elaborado pelo Instituto Legislativo Brasileiro com base nas demandas de capacitação das unidades do Senado, e encaminhado ao Conselho de Supervisão do ILB, que se encarregará de aprová-los, na forma de Regulamento.

São órgãos do Instituto Legislativo Brasileiro:

I – Conselho de Supervisão;

II – Diretoria Executiva;

III – Comitê Científico-Pedagógico.

O Conselho de Supervisão do ILB tem suas atribuições estabelecidas no artigo 280 do RASF:

“Art. 280 Ao Conselho de Supervisão do ILB compete estabelecer a política de atuação do Instituto, cabendo-lhe editar diretrizes e normas para o exercício das competências do órgão supervisionado; propor ao Presidente do Senado Federal a indicação do Diretor Executivo; apreciar e submeter à aprovação da Comissão Diretora a previsão da despesa anual do ILB, para ser incluída no orçamento do Senado Federal; encaminhar à Comissão Diretora os balancetes, o balanço anual e a prestação de contas, inclusive o relatório anual de atividades; autorizar a celebração de contratos de aquisição ou locação de equipamentos; aprovar as tabelas de custos dos serviços executados pelo ILB, exercer outras atribuições relativas à formação de recursos humanos e ao intercâmbio nessa matéria que lhe venham a ser cometidas pela Comissão Diretora.

§ 1º O Conselho de Supervisão do ILB é integrado pelo Primeiro-Secretário ou representante por ele designado, que o presidirá, e pelos titulares da Diretoria-Geral, da

Secretaria-Geral da Mesa, do Instituto Legislativo Brasileiro e por representante designado pela Presidência do Senado Federal.

§ 2º A Chefia de Gabinete do ILB funcionará como Secretaria do Conselho de Supervisão, competindo-lhe dar suporte administrativo e de recursos materiais ao funcionamento do Conselho. Secretaria de Gestão de Informação e Documentação

O artigo 281 do RASF estabelece as competências da Diretoria Executiva do ILB, que são:

- executar a Política de Capacitação do Senado Federal e as ações do Programa Interlegis;
- propor as diretrizes que nortearão as atividades do ILB;
- submeter ao Conselho de Supervisão o plano anual de trabalho;
- celebrar contratos, acordos de cooperação e convênios em seu âmbito de competência;
- praticar todos os atos de gestão administrativa e financeira necessários ao funcionamento do ILB;
- representar e divulgar o ILB interna e externamente;
- submeter ao Conselho de Supervisão o relatório anual de atividades e a prestação de contas. (Redação dada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12/2015).

No parágrafo primeiro do artigo em tela são discriminados os órgãos subordinados a Diretoria Executiva do ILB, cuja redação foi dada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12/2015):

I – Diretoria-Adjunta: (Redação dada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12/2015)

a) Serviço de Apoio Técnico; (Redação dada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12/2015)

b) Escritório Setorial de Gestão (Redação dada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12/2015)

II – Gabinete Administrativo; (Redação dada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12/2015)

III – Coordenação Administrativa e Financeira: (Redação dada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12/2015)

a) Serviço de Apoio Administrativo; (Redação dada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12/2015)

b) Serviço de Planejamento e Acompanhamento Financeiro; (Redação dada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12/2015)

c) Serviço de Contratos e Convênios. (Redação dada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12/2015)

IV – Coordenação de Capacitação, Treinamento e Ensino: (Redação dada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12/2015)

a) Serviço de Ensino à Distância. (Redação dada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12/2015)

b) Serviço de Treinamento; (Redação dada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12/2015)

V - Coordenação de Educação Superior: (Redação dada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12/2015)

a) Serviço dos Cursos de Pós-Graduação; (Redação dada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12/2015)

b) Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão; (Redação dada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12/2015) Secretaria de Gestão de Informação e Documentação

c) Serviço de Secretariado Acadêmico. (Redação dada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12/2015)

VI - Coordenação de Planejamento e Fomento: (Redação dada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12/2015)

a) Serviço de Planejamento e Projetos Especiais; (Redação dada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12/2015)

b) Serviço de Planejamento e Acompanhamento da Comunidade. (Redação dada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12/2015)

VII - Coordenação de Tecnologia da Informação: (Redação dada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12/2015)

a) Serviço de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico; (Redação dada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12/2015)

b) Serviço de Infraestrutura Tecnológica. (Redação dada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12/2015)

VIII - Coordenação de Formação e Atendimento à Comunidade do Legislativo: (Redação dada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12/2015)

a) Serviço de Formação da Comunidade; (Redação dada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12/2015)

b) Serviço de Informação e Divulgação; (Redação dada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12/2015) c) Serviço de Atendimento à Comunidade do Legislativo. (Redação dada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12/2015)

A Coordenação de Educação Superior (COESUP) possui as seguintes funções:

- planejar, acompanhar, coordenar, orientar, controlar e avaliar a realização das atividades educacionais de pós-graduação, de nível superior, e de extensão e pesquisa;
- promover e fomentar pesquisas científicas relacionadas ao Poder Legislativo e sua inter-relação com os demais poderes e instituições democráticas,
- disponibilizar o conhecimento produzido aos cidadãos; e outras atividades correlatas, de acordo com os parâmetros definidos pela legislação vigente,

A COESUP possui as seguintes unidades subordinadas: (Redação dada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12/2015):

a) Serviço dos Cursos de Pós-Graduação, ao qual compete planejar, acompanhar, coordenar, orientar, controlar, avaliar e efetuar parcerias para a realização de cursos de pós-graduação lato sensu e stricto sensu de interesse do legislativo; (Redação dada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12/2015)

b) Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão, ao qual compete planejar, promover e avaliar pesquisas e atividades de extensão na área legislativa; coordenar e fomentar intercâmbios e parcerias com instituições de reconhecimento nacional e internacional; fomentar a geração e disseminação de conhecimentos relacionados à atividade legislativa e a produção de trabalhos acadêmicos de interesse do legislativo; (Redação dada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12/2015)

c) Serviço de Secretariado Acadêmico, ao qual compete organizar a gestão de educação superior e pesquisa, bem como de capacitação, treinamento e ensino, mediante a gestão Secretaria de Gestão de Informação e Documentação do recebimento, registro, processamento de informações e dados da vida acadêmica dos professores e alunos, a guarda de documentos, a emissão de certificados e declarações. (Redação dada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12/2015).

Toda esta organização e sua sustentação normativa tem como finalidade garantir padrões de excelência dos serviços educacionais prestados pelo ILB o que impacta no desempenho do pessoal do Senado Federal e como demonstrado por meio da aplicação das avaliações finais tem se logrado êxito neste objetivo.

A estruturação da CPA implementada em 2015 fomentou o debate sobre a avaliação no ILB promovendo assim um profundo debate levado a cabo na comunidade acadêmica e na alta direção do Senado Federal. Ao final da Diretoria Geral baixou a Portaria nº 3847 de 07 de julho de 2015 instalou a CPA do ILB. Assim ficou determinado que compete à CPA do ILB, sem prejuízo de outras ações próprias de avaliação:

- I. Coordenar, articular, estimular e disseminar as ações de avaliação institucional no âmbito do ILB;
- II. Elaborar o Programa de Avaliação das ações de educação do ILB;
- III. Desenvolver e aplicar os instrumentos de avaliação;
- IV. Produzir relatórios analíticos dos resultados das avaliações;
- V. Divulgar os resultados consolidados da avaliação interna.
- VI. Analisar criticamente o processo e os instrumentos de avaliação, mantendo a melhoria contínua;
- VII. Acompanhar as Comissões Externas de Avaliação designadas pelo MEC.

Os processos avaliativos desenvolvidos pela CPA contemplam a análise global e integrada do conjunto de dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades e responsabilidades do ILB.

A CPA é órgão de representação da comunidade acadêmica e não da administração do ILB. Para assegurar sua legitimidade junto à comunidade acadêmica,

conta com a participação de representantes de todos os seus segmentos e de membros da sociedade civil organizada.

Os eixos de sustentação e de legitimidade da CPA são resultantes das formas de participação e interesse da comunidade acadêmica, além da inter-relação entre atividades pedagógicas e gestão acadêmica e administrativa.

2 – Responsabilidade Social do ILB

O conceito de responsabilidade social pode ser compreendido em dois níveis: o nível interno relaciona-se com os trabalhadores e, a todas as partes afetadas pelo órgão público ou empresa. O nível externo reflete as consequências das ações das organizações sobre o meio ambiente, a sociedade em que estão inseridos.

A preocupação com a responsabilidade social norteia as ações de avaliação institucional nas Instituições de Educação Superior (IES) no Brasil, e isto se fundamenta em regulamentação de abrangência nacional (Brasil, 2004) por meio da criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Essa lei (Brasil, 2004) prevê a instalação nas IES de Comissões Próprias de Avaliação (CPAs) com a atribuição de condução dos processos de avaliação internos das instituições (art. 11, Brasil, 2004). A atuação das CPAs acha-se regulada desde 2004 (Inep/MEC, 2004) por meio de documento que orienta quanto a procedimentos de autoavaliação. Essas orientações, embora reconheçam a autonomia das CPAs na condução dos processos autoavaliativos, a construção do consenso sobre a missão e as ações para alcançá-lo é fruto do constructo crítico entre as partes envolvidas.

O perene e extensivo trabalho de avaliação conduzido pela CPA no ILB, possibilitou o aperfeiçoamento dos processos decisórios e conseqüentemente a melhoria dos serviços prestados. Mesmo diante do quadro de escassez de recursos foi possível transitar entre o desejado e o possível sem perder a qualidade e a excelência como focos.

Na esteira da discussão sobre o cumprimento da missão institucional do ILB tem-se hoje que diante de fatos concretos verificáveis por meio das avaliações aplicadas últimos dois anos, que jovens servidores da administração pública se interessaram em obter grau de especialização não somente para si, mas também como forma de prestação de serviço qualificado e que pretendem multiplicar o que aprenderam entre seus pares. Ou seja, a cultura da capacitação continuada está sendo fortalecida por meio de ações de alta qualidade do ponto de vista educacional a custos baixos para o contribuinte.

EIXO 3 – POLÍTICAS ACADÊMICAS

1 – Políticas para o ensino, a pesquisa e a extensão

Na busca de aperfeiçoamento de suas ações como uma IES o ILB definiu e implementou em 2016 sua política para o ensino, a pesquisa e a extensão. Se deve destacar que mesmo diante de um quadro nacional conturbado como foi o ano analisado neste relatório o Senado Federal conseguiu manter-se firme na determinação de aperfeiçoar os pessoal ativo do órgão e com isto devolver a sociedade serviços de maior qualidade.

Considerando a necessidade de promover e fomentar estudos acadêmicos relacionados ao Poder Legislativo e sua inter-relação com os demais poderes e instituições democráticas, os Grupo de Estudos Acadêmicos, braço de pesquisa do ILB, pretendem sistematizar conteúdos acerca das práticas do Legislativo. Propõe, ainda, um espaço acadêmico para discussões fundamentadas e pesquisa de assuntos correlatos, bem como disponibilizar o conhecimento produzido aos cidadãos por meio de cursos abertos e outras iniciativas.

Estas ações de pesquisa beneficiarão não somente os componentes dos Grupos, mas também a instituição como um todo, através do compartilhamento dos conhecimentos adquiridos. Como consequência, haverá benefícios para a sociedade, visto que o desenvolvimento de competências e aprofundamento nos assuntos correlatos às atividades do Senado Federal, melhora a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos.

1.1 OBJETIVO GERAL DAS AÇÕES DE PESQUISA ACADÊMICA DO ILB

Os Grupos de Estudos Acadêmicos tem como objetivo geral atender as necessidades de aperfeiçoamento e constante atualização sobre as temáticas trabalhadas na Instituição; discutir e problematizar questões relacionadas ao Poder Legislativo; disponibilizar o conhecimento produzido pelo grupo aos cidadãos; sistematizar os temas fundamentais e agregar novas habilidades e competências; contribuir efetivamente para o desenvolvimento e aperfeiçoamento dos participantes.

Objetiva-se, ainda, a disseminação e o incentivo da pesquisa e estudos acadêmicos nas instituições, a valorização e reconhecimento dessas ações para o melhor desempenho das funções típicas, assim como estudos atuais e fundamentados sobre temas relevantes para a sociedade e para o Poder Legislativo.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS DA PESQUISA ACADÊMICA DO ILB

- Propiciar condições para debater as questões relativas ao Poder Legislativo;
- Aperfeiçoar e atualizar os conhecimentos acerca das áreas de interesse;
- Analisar as implicações das circunstâncias políticas, sociológicas e constitucionais no âmbito do Legislativo;
- Possibilitar a realização de pesquisas e estudos específicos;
- Incentivar o aprofundamento dos estudos nas áreas mencionadas;

- Consolidar o Grupo de Estudos Acadêmicos;
- Construir produtos acadêmicos e torná-los acessíveis aos demais servidores e à sociedade;

1.3 COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS E PÚBLICO ALVO

Os Grupos são compostos por servidores do Senado Federal, que tem interesse em aprofundar seus conhecimentos sobre Direito Constitucional, Educação, Informação Legislativa, Governança e Transparência, Políticas Públicas, Orçamento Público. O objetivo principal é incentivar a pesquisa e estudos aprofundados dentro da Instituição. Propõe-se, recrutar não só pesquisadores experientes, mas também dar vez aqueles que desejam iniciar suas atividades científicas.

Os Grupos de Estudos Acadêmicos são formados por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 8 (oito) integrantes. Dentre os componentes, 1 (um) atua como facilitador de aprendizagem e 1 (um) como conteúdistas, os quais são responsáveis pelo processo de aprendizagem e elaboração ou atualização de materiais, respectivamente.

Uma das vagas é ocupada por candidato selecionado pela Coordenação de Educação Superior, por meio de entrevista e prova escrita elaborada pelo facilitador e corrigida por facilitador e conteúdistas. Dessa forma, preza-se pela afinidade entre os membros dos Grupos e, também, oportuniza aqueles com menor experiência no desenvolvimento de pesquisas.

1.4 CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

O Grupo de Estudos Acadêmicos busca a melhoria da atuação do agente público do Poder Legislativo, possibilitando a aquisição de novas competências e habilidades. Propõe-se, também, espaços para discussão fundamentada, aprofundamento dos conhecimentos, estudos sistematizados sobre as áreas de interesse do Senado e dos integrantes.

A seleção dos grupos se deu em 2016 a partir de edital, que detalhou informações fundamentais para o processo seletivo, contendo critérios objetivos de avaliação, como: temas prioritários, cronogramas e produtos, além de pormenores como número de vagas, remuneração e calendário. Foram analisados os projetos de pesquisa que devem ser apresentados no ato da inscrição. As propostas que melhor se adequaram aos objetivos e temáticas do Grupo de Estudos Acadêmicos foram selecionadas.

O trabalho de pesquisa tem sido desenvolvido na forma de encontros, que são mediados por conteúdistas e facilitadores, remunerados por Gratificação de Encargo de Curso e Concurso (GECC), de acordo com a titulação e carga horária.

A geração de produtos acadêmicos é o objetivo final do Grupo de Estudos para este fim devem ser apresentados relatórios dos avanços mensais e semestrais, relatório final e entrega dos produtos acadêmicos. Esses produtos podem ser livros, artigos ou demais publicações científicas, escolhidos por cada grupo e entregues nas datas estipuladas no projeto. Espera-se que esses produtos contribuam para a melhor performance dos servidores em suas atividades dentro da Instituição.

A propriedade intelectual dos produtos gerados pertence ao Senado Federal, garantidas a menção permanente às autorias.

Dessa forma, consolida-se as atividades desenvolvidas e cria-se condições para que o objetivo principal do Grupo seja alcançado. Garante-se, ainda, o retorno do investimento aplicado, na forma dos produtos acadêmicos apresentados, bem como na disseminação dos conhecimentos produzidos.

Quanto as atividades e cursos de extensão um grande passo foi dado no ano de 2016 com a inclusão desta modalidade no orçamento do ILB. Para tanto foi necessário reunir em grupos focais alunos, professores, servidores do Senado Federal para mapear as necessidades, configurar a estrutura dos cursos e assim, dimensionar custos e processos envolvidos.

As reuniões setoriais organizadas fizeram com que a compreensão sobre a organização, estrutura e atribuições do Senado Federal que são constantemente estudadas e analisadas nos meios acadêmicos, assim como o seu desempenho político se tornassem concretamente o objeto de estudos nesta primeira etapa de implantação dos cursos de extensão. A missão constitucional, os procedimentos necessários ao cumprimento dessa missão e a relação com os demais poderes são objetos de estudo avaliados por professores, estudantes, analistas e os profissionais da mídia, reunindo uma carga significativa de conceitos, porém ainda parcial.

Os primeiros cursos de extensão do ILB oferecerão aos servidores, e ao público em geral, uma visão teórica, prática e aprofundada da estrutura, princípios, instituições e mecanismos de atuação do Poder Legislativo e a relação com os demais Poderes. As temáticas abordadas incluirão os partidos políticos, o comportamento da arena legislativa, o bicameralismo, relações Executivo-Legislativo, organização interna do legislativo, comportamento parlamentar, lobby e novas agendas de pesquisa a partir da vivência no Parlamento, o processo de composição e fiscalização orçamentário e suas implicações.

A partir da implementação dos cursos acima descritos, será possível mapear as rotinas e procedimentos necessários para a implementação de políticas relacionadas com os cursos de extensão.

No aprofundamento da discussão sobre os cursos de extensão requeridos pelos servidores do Senado Federal foram destacadas pelo segmento docente as seguintes necessidades:

1. Avaliação Educacional;
2. Tecnologia aplicada a educação;
3. Recursos multimídia;
4. Técnicas e recursos didáticos;
5. Andragogia.

Outros segmentos estão analisando suas necessidades e trabalhando na construção de projetos de cursos que atendam as demandas mais refinadas de aperfeiçoamento.

2 – Comunicação com a sociedade

A comunicação com a sociedade tem sido feita por meio dos diversos canais disponibilizados dentro da estrutura do Senado Federal. Estes canais são:

- TV SENADO;
- RADIO SENADO;
- PORTAL DO SENADO NA INTERNET;
- PERFIS DO SENADO FEDERAL NAS REDES SOCIAIS;
- PAGINA DO ILB NA INTRANET DO SENADO FEDERAL.

Além dos canais acima mencionados o ILB por meio de suas ações de capacitação *online* a distância oferecidas gratuitamente para a sociedade em geral, promove a divulgação dos seus resultados, das novas estratégias adotadas e colabora com a sempre necessária aproximação do Senado Federal junto a população do país.

3 – Política de atendimento aos discentes

Os discentes do ILB, tanto servidores do Senado Federal quanto dos órgãos conveniados contam com apoio da estrutura da Escola e dispõem de espaços de aprendizagem e estudos. Espaços como a Biblioteca do Senado Federal estão disponíveis para os discentes assim como para qualquer cidadão.

A Secretaria Acadêmica, as coordenações de cursos, o corpo docente, a infraestrutura são organizados pensando na melhor forma de atender as demandas dos alunos. Quanto a estas demandas está consolidada a prática de consultar, conversar,

ouvir os servidores do Senado Federal em suas diversas composições e segmentos específicos.

Como foi destacado no PDI devido ao alto padrão de salários vigentes no Senado Federal, não foi identificada necessidade de programas de apoio ao estudante com foco social.

Entretanto, cabe ao ILB implantar outras atividades de apoio aos estudantes típicas de entidades escolares. No momento, outros órgãos do Senado Federal colaboram em ações específicas, como é o caso do Serviço do Qualidade de Vida, que dispõe de profissionais psicólogos que podem auxiliar em orientação do corpo discente, quando necessário.

Ainda segundo o descrito no PDI O ILB conta com setor especializado na realização de eventos de qualquer porte, tanto nas dependências do Instituto quanto fora do Senado Federal.

Todos os cursos de pós-graduação preveem atividades de extensão, palestras e encontros, cujas oportunidades são criadas, em grande parte, pela programação anual de eventos do próprio Instituto.

O Senado frequentemente é visitado por estudiosos de diversos temas de interesse acadêmico, que vêm fazer contato ou pesquisa no âmbito da instituição. Sempre que possível o ILB transforma tais visitas em palestras ou encontros técnicos, contando para isso com várias parcerias estabelecidas com serviços culturais das embaixadas com representação no Brasil, além das dezenas de parcerias com outras Escolas de Governo e instituições de pesquisa e ensino, nacionais e estrangeiras, construídas ao longo dos quase 20 anos de atuação.

A produção do corpo discente é incentivada não apenas como parte das atividades de avaliação, mas também por meio de concursos periódicos que premiam trabalhos produzidos por funcionários do Senado. Habitualmente alunos egressos do ILB ou trabalhos feitos dentro do Instituto têm sido premiados e divulgados.

Todos os trabalhos de conclusão de curso aprovados no ILB compõem biblioteca virtual mantida pela Biblioteca do Senado e disponibilizada por meio eletrônico ao grande público do Brasil e do exterior.

Como meio de ajudar na difusão de conhecimentos e no incentivo à produção docente e discente, foram iniciadas negociações com a Secretaria de Edições Técnicas do Senado para permitir a publicação, no seu devido tempo, de Revista própria da pós-graduação, tanto em meio eletrônico quanto em meio físico.

Outra forma de analisar a política de atendimento aos discentes é entender a natureza da atuação do ILB que está normatizada no Regulamento Administrativo do Senado Federal (RASf) em sua Seção VIII, trata especificamente da organização, estrutura, funcionamento e abrangência do ILB. Trate-se do único órgão supervisionado do Senado Federal com orçamento próprio e uma série de características que lhe conferem uma maior autonomia administrativa e pedagógica, conforme se pode observar no Organograma apresentado abaixo.

A posição ocupada pelo ILB lhe resguarda a necessária autonomia pedagógica e institucional. No art. 279 do RASf fica estabelecido que compete ao Instituto Legislativo Brasileiro exercer as prerrogativas de Escola de Governo do Senado Federal, e que isto consiste em gerir e executar a Política de Capacitação do Senado Federal, sendo necessário para isto, conceber, formular, executar e avaliar as ações de formação, treinamento e desenvolvimento de pessoas, considerando a diversidade de conhecimentos técnicos institucionalmente requeridos, e incluindo as dimensões estratégica, tática e operacional no que tange aos conhecimentos gerenciais.

É incumbência do ILB propor Planos de Capacitação, com o apoio das demais unidades do Senado Federal. Outra atribuição é promover e fomentar pesquisas científicas relacionadas ao Poder Legislativo e sua inter-relação com os demais poderes e instituições democráticas, bem como disponibilizar o conhecimento produzido aos cidadãos por meio de cursos abertos e outras iniciativas. O parágrafo 1º do artigo 279 do RASf formaliza as atribuições descritas acima descritas:

§ 1º As ações de formação, treinamento e desenvolvimento de pessoas constarão de Plano de Capacitação Anual ou Plurianual, elaborado pelo Instituto Legislativo Brasileiro com base nas demandas de capacitação das unidades do Senado, e encaminhado ao Conselho de Supervisão do ILB, que se encarregará de aprová-los, na forma de Regulamento.

São órgãos do Instituto Legislativo Brasileiro:

I – Conselho de Supervisão;

II – Diretoria Executiva;

III – Comitê Científico-Pedagógico.

O Conselho de Supervisão do ILB tem suas atribuições estabelecidas no artigo 280 do RASF:

“Art. 280 Ao Conselho de Supervisão do ILB compete estabelecer a política de atuação do Instituto, cabendo-lhe editar diretrizes e normas para o exercício das competências do órgão supervisionado; propor ao Presidente do Senado Federal a indicação do Diretor Executivo; apreciar e submeter à aprovação da Comissão Diretora a previsão da despesa anual do ILB, para ser incluída no orçamento do Senado Federal; encaminhar à Comissão Diretora os balancetes, o balanço anual e a prestação de contas, inclusive o relatório anual de atividades; autorizar a celebração de contratos de aquisição ou locação de equipamentos; aprovar as tabelas de custos dos serviços executados pelo ILB, exercer outras atribuições relativas à formação de recursos humanos e ao intercâmbio nessa matéria que lhe venham a ser cometidas pela Comissão Diretora.

EIXO 4 – POLITICAS DE GESTÃO

1 – Politicas de pessoal

A politica de pessoal dos servidores ativos do Senado Federal é determinado pela Mesa Diretora. Composta por sete senadores titulares – presidente, dois vice-presidentes e quatro secretários (estes com respectivos suplentes) –, é responsável pela direção dos trabalhos legislativos da Casa. Eles compõem também a Comissão Diretora, responsável pelos trabalhos administrativos do Senado, e têm uma série de atribuições regimentais.

O RASF não estabelece claramente uma politica de pessoal do Senado Federal e neste caso não cabe regimentalmente ao ILB fazê-lo. Contudo, cabe destacar que em consonância com o que estabelecem os artigos 207 da Constituição Federal e 53 e 54 da LDB, o ILB possui autonomia didático pedagógica respaldadas por relativas autonomias de gestão e financeira.

Segundo Gadotti (1997) a ideia de autonomia é intrínseca à ideia de democracia e cidadania. Neves (1996) afirma que a autonomia pode ser encontrada em três dimensões:

1. Na gestão/administração, a autonomia da escola é relativa pois ela depende das decisões políticas da alta administração, o mesmo ocorrendo com o ILB que pertence a estrutura do Senado Federal, que possui a palavra final sobre as decisões tomadas;

2. Nos seus aspectos organizacionais, pelos quais se pode obter resultados positivos ou negativos;

3. Na dimensão ético-profissional resulta em atitude desejável que as pessoas envolvidas nos processos educacionais não devem se curvem passivamente as deliberações da alta direção, principalmente quando o princípio da autonomia está em

jogo uma vez que ele pode ser revestido de um certo grau de descentralização que disfarça na verdade o descompromisso.

O Senado Federal possui política de capacitação do seu pessoal e cabe ao ILB implementar boa parte das ações identificadas como úteis e necessárias. Além das atividades voltadas para o público interno tem sido cada vez maior a promoção de ações educativas para público externo, quer seja o cidadão, quer sejam servidores de outros órgãos e poderes. Com isto, a autonomia didática pedagógica do ILB e a resiliência dos servidores do Senado Federal também tem servido diretamente a sociedade.

2 – Organização e Gestão da Instituição

2.1 Missão do Instituto Legislativo Brasileiro

Produzir, integrar e disseminar o conhecimento para aprimorar o Legislativo em benefício da sociedade.

2.2 Visão do Instituto Legislativo Brasileiro

Ser uma escola de governo de referência nacional na produção, difusão e articulação de saberes, técnicas e tecnologias para o Poder Legislativo nas esferas Federal, Estadual e Municipal.

2.3 Valores

De acordo com a *Carta de Compromissos do Senado Federal*², que substituiu os valores anteriormente apresentados no Mapa Estratégico do Senado Federal 2013-

² Esses compromissos estão detalhados no seguinte endereço eletrônico: http://www12.senado.gov.br/transparencia/gestgov/copy_of_planejamento-estrategico-1/PDF/CartadeCompromissos.pdf

2023, o Instituto Legislativo Brasileiro, assim como toda a Casa Legislativa, assumiu os compromissos com:

- o parlamento;
- a excelência na prestação de serviços públicos;
- a qualidade de vida dos colaboradores;
- a igualdade;
- a livre disseminação de ideias;
- a transparência;
- a responsabilidade na utilização dos recursos públicos;
- a sustentabilidade;
- a acessibilidade;
- a memória do Senado;
- a comunidade.

2.4 Princípios

O Instituto Legislativo Brasileiro coordena tecnicamente a implantação da Política de Capacitação e Desenvolvimento dos Servidores do Senado Federal³, a qual “(...) tem como objetivo principal o aprimoramento de conhecimentos individuais em favor do cumprimento das missões institucionais”.

³ A Política de Capacitação e Desenvolvimento dos Servidores do Senado Federal integra o Regulamento Administrativo do Senado Federal, na forma de seu anexo IV.

São princípios dessa política:

I – busca de excelência no desempenho do Senado Federal e sua consolidação como instituição de referência;

II – vinculação às diretrizes e estratégias fixadas pela Alta Administração da Casa;

III – vinculação aos objetivos das unidades administrativas;

IV – promoção de capacitação continuada, com equidade de oportunidades e adequação aos perfis de atuação operacional, técnica e gerencial dos servidores, visando à manutenção de quadros técnico-profissionais de alto nível;

V – fomento à produção de conhecimentos e competências mediante desenvolvimento de pesquisas sobre temas relacionados à missão institucional do Senado;

VI – estímulo à gestão do conhecimento, mediante adoção de mecanismos de organização e disseminação interna de conhecimentos e competências;

VII – avaliação das ações de capacitação, buscando aferir a efetividade do aprendizado individual e coletivo, e os impactos dessas ações nos resultados do Senado Federal;

VIII – busca de economicidade e eficiência na gestão das ações de capacitação;

IX – integração de projetos e ações de capacitação com outros órgãos da Administração Pública.

Para que as ações do ILB sejam efetivas o órgão possui suas atribuições descritas no parágrafo 1º do artigo 279 do RASF da seguinte forma:

§ 1º As ações de formação, treinamento e desenvolvimento de pessoas constarão de Plano de Capacitação Anual ou Plurianual, elaborado pelo Instituto Legislativo Brasileiro com base nas demandas de capacitação das unidades do Senado,

e encaminhado ao Conselho de Supervisão do ILB, que se encarregará de aprová-los, na forma de Regulamento.

São órgãos do Instituto Legislativo Brasileiro:

I – Conselho de Supervisão;

II – Diretoria Executiva;

III – Comitê Científico-Pedagógico.

O Conselho de Supervisão do ILB tem suas atribuições estabelecidas no artigo 280 do RASF:

“Art. 280 Ao Conselho de Supervisão do ILB compete estabelecer a política de atuação do Instituto, cabendo-lhe editar diretrizes e normas para o exercício das competências do órgão supervisionado; propor ao Presidente do Senado Federal a indicação do Diretor Executivo; apreciar e submeter à aprovação da Comissão Diretora a previsão da despesa anual do ILB, para ser incluída no orçamento do Senado Federal; encaminhar à Comissão Diretora os balancetes, o balanço anual e a prestação de contas, inclusive o relatório anual de atividades; autorizar a celebração de contratos de aquisição ou locação de equipamentos; aprovar as tabelas de custos dos serviços executados pelo ILB, exercer outras atribuições relativas à formação de recursos humanos e ao intercâmbio nessa matéria que lhe venham a ser cometidas pela Comissão Diretora.

§ 1º O Conselho de Supervisão do ILB é integrado pelo Primeiro-Secretário ou representante por ele designado, que o presidirá, e pelos titulares da Diretoria-Geral, da Secretaria-Geral da Mesa, do Instituto Legislativo Brasileiro e por representante designado pela Presidência do Senado Federal.

§ 2º A Chefia de Gabinete do ILB funcionará como Secretaria do Conselho de Supervisão, competindo-lhe dar suporte administrativo e de recursos materiais ao funcionamento do Conselho. Secretaria de Gestão de Informação e Documentação

O artigo 281 do RASF estabelece as competências da Diretoria Executiva do ILB, que são:

- executar a Política de Capacitação do Senado Federal e as ações do Programa Interlegis;
- propor as diretrizes que nortearão as atividades do ILB;
- submeter ao Conselho de Supervisão o plano anual de trabalho;
- celebrar contratos, acordos de cooperação e convênios em seu âmbito de competência;
- praticar todos os atos de gestão administrativa e financeira necessários ao funcionamento do ILB;
- representar e divulgar o ILB interna e externamente;
- submeter ao Conselho de Supervisão o relatório anual de atividades e a prestação de contas. (Redação dada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12/2015).

No parágrafo primeiro do artigo em tela são discriminados os órgãos subordinados a Diretoria Executiva do ILB, cuja redação foi dada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12/2015):

I – Diretoria-Adjunta: (Redação dada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12/2015)

a) Serviço de Apoio Técnico; (Redação dada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12/2015)

b) Escritório Setorial de Gestão (Redação dada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12/2015)

II – Gabinete Administrativo; (Redação dada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12/2015)

III – Coordenação Administrativa e Financeira: (Redação dada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12/2015)

a) Serviço de Apoio Administrativo; (Redação dada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12/2015)

b) Serviço de Planejamento e Acompanhamento Financeiro; (Redação dada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12/2015)

c) Serviço de Contratos e Convênios. (Redação dada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12/2015)

IV – Coordenação de Capacitação, Treinamento e Ensino: (Redação dada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12/2015)

a) Serviço de Ensino à Distância. (Redação dada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12/2015)

b) Serviço de Treinamento; (Redação dada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12/2015)

V - Coordenação de Educação Superior: (Redação dada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12/2015)

a) Serviço dos Cursos de Pós-Graduação; (Redação dada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12/2015)

b) Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão; (Redação dada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12/2015) Secretaria de Gestão de Informação e Documentação

c) Serviço de Secretariado Acadêmico. (Redação dada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12/2015)

VI - Coordenação de Planejamento e Fomento: (Redação dada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12/2015)

a) Serviço de Planejamento e Projetos Especiais; (Redação dada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12/2015)

b) Serviço de Planejamento e Acompanhamento da Comunidade. (Redação dada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12/2015)

VII - Coordenação de Tecnologia da Informação: (Redação dada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12/2015)

a) Serviço de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico; (Redação dada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12/2015)

b) Serviço de Infraestrutura Tecnológica. (Redação dada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12/2015)

VIII - Coordenação de Formação e Atendimento à Comunidade do Legislativo: (Redação dada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12/2015)

a) Serviço de Formação da Comunidade; (Redação dada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12/2015)

b) Serviço de Informação e Divulgação; (Redação dada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12/2015) c) Serviço de Atendimento à Comunidade do Legislativo. (Redação dada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12/2015)

A Coordenação de Educação Superior (COESUP) possui as seguintes funções:

- planejar, acompanhar, coordenar, orientar, controlar e avaliar a realização das atividades educacionais de pós-graduação, de nível superior, e de extensão e pesquisa;
- promover e fomentar pesquisas científicas relacionadas ao Poder Legislativo e sua inter-relação com os demais poderes e instituições democráticas,

- disponibilizar o conhecimento produzido aos cidadãos; e outras atividades correlatas, de acordo com os parâmetros definidos pela legislação vigente,

A COESUP possui as seguintes unidades subordinadas: (Redação dada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12/2015):

a) Serviço dos Cursos de Pós-Graduação, ao qual compete planejar, acompanhar, coordenar, orientar, controlar, avaliar e efetuar parcerias para a realização de cursos de pós-graduação lato sensu e stricto sensu de interesse do legislativo; (Redação dada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12/2015)

b) Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão, ao qual compete planejar, promover e avaliar pesquisas e atividades de extensão na área legislativa; coordenar e fomentar intercâmbios e parcerias com instituições de reconhecimento nacional e internacional; fomentar a geração e disseminação de conhecimentos relacionados à atividade legislativa e a produção de trabalhos acadêmicos de interesse do legislativo; (Redação dada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12/2015)

c) Serviço de Secretariado Acadêmico, ao qual compete organizar a gestão de educação superior e pesquisa, bem como de capacitação, treinamento e ensino, mediante a gestão Secretaria de Gestão de Informação e Documentação do recebimento, registro, processamento de informações e dados da vida acadêmica dos professores e alunos, a guarda de documentos, a emissão de certificados e declarações. (Redação dada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12/2015).

Toda esta organização e sua sustentação normativa tem como finalidade garantir padrões de excelência dos serviços educacionais prestados pelo ILB o que impacta no desempenho do pessoal do Senado Federal.

3 – Sustentabilidade Financeira

O Senado Federal possui orçamento próprio e a distribuição dos recursos atende aos preceitos legais. Internamente o planejamento orçamentário é feito por meio da

discussão de programas e projetos. No caso específico do ILB há rubrica específica para capacitação e neste guarda-chuva estão reservados os recursos demandados para as ações específicas.

Para o ano de 2016, conforme detalhamento descrito no PDI foram elencadas as seguintes ações que obtiveram suporte financeiro no orçamento geral do Senado Federal. Todas as ações previstas foram organizadas em programas e projetos na proporção de pelo menos um projeto por meta. O Senado Federal dispõe de sistema próprio de gestão de portfólio de projetos, onde se encontram lançadas todas as ações previstas. A Diretoria Geral, por intermédio do Escritório de Governança Corporativa, seleciona anualmente as ações consideradas estratégicas, de forma a priorizar sua execução, que foi acompanhada ao longo do ano.

As principais ações estão relacionadas com:

- Ampliação do portfólio de cursos de pós-graduação.
- Recomposição dos servidores da Rede Interlegis/ILB, que atende a Comunidade do Legislativo e plataforma Saberes de educação a distância.
- Implantação de Grupos de Estudo remunerados.
- Implantação de novos cursos de extensão de nível superior.
- Evolução dos softwares administrativos e de suporte técnico a plataforma Saberes.
- Estabelecimento de parcerias estratégicas para Ensino e Pesquisa.
- Estabelecimento de novas modalidades de financiamento para as atividades do ILB.
- Capacitação interna de pessoas para exercício de atividades no ILB.
- Readequação do quadro funcional do ILB.

- Readequação de espaços físicos, mobiliário e equipamentos.
- Aquisição de equipamentos para nova central de produção de áudio e vídeo.
- Produção de eventos nacionais e internacionais.
- Realização de oficinas regionais de capacitação de pessoas para o Legislativo.
- Desenvolvimento de equipes e liderança.
- Realização de capacitações e treinamentos internos.
- Realização do Programa de Formação Gerencial para o Senado.

EIXO 5 – INFRAESTRUTURA FÍSICA

Neste relatório a autoavaliação referente a infraestrutura física decorre do resultado das avaliações feitas pela comunidade acadêmica e também por aquela descrita no PDI.

O ILB está instalado no prédio Unidade de Apoio V, do Senado Federal. Nesse espaço estão as salas de aula, a secretaria acadêmica, a parte administrativa da pós-graduação, dos treinamentos presenciais e da educação a distância. A manutenção do prédio é garantida pela Engenharia do Senado Federal. A iluminação e a ventilação do prédio são excelentes, sendo que todas as salas e os sanitários possuem janela própria, com exceção da sala de reuniões destinada à CPA e da copa.

1 - O prédio do ILB atende também ao corpo administrativo da instituição. As salas administrativas estão divididas da seguinte maneira:

- Sala destinada à Coordenação de Ensino Superior – 7 estações de trabalho;
- Sala destinada à Administração do ILB, que cuida da manutenção do prédio – 6 estações de trabalho;
- Sala Destinada ao Serviço de Treinamento – 9 estações de trabalho, uma pequena sala separada para a chefia e uma mesa de reuniões;
- Sala destinada ao Serviço de Ensino a Distância – 13 estações de trabalho e uma sala de reunião separada, com mesa para 6 lugares;
- Sala destinada à Coordenação de Capacitação, Treinamento e Ensino – 3 estações de trabalho;
- Sala para o Serviço de Apoio Técnico – 6 estações de trabalho e uma mesa de reunião para 4 lugares.

- Sala destinada ao Núcleo Multimídia que presta serviço de produção e armazenamento de vídeos para o ensino a distância – 6 estações de trabalho, espaço para armazenamento dos vídeos e maquinário de edição e produção.
- Copa - espaço com pia, escorredor, geladeira, forno micro-ondas, armários e espaço para uma pessoa comer.

2- Salas de aula

O ILB possui 5 salas de aula com capacidade para 30 pessoas e uma sala com capacidade para 60 pessoas, usada como auditório do ILB. As salas possuem computador próprio e projetor (datashow), somente na sala 1 em lugar do projetor há uma TV de 60” polegadas. Há também sistema de áudio, quadro branco e flipchart à disposição dos professores. Há ar-condicionado em todas as salas.

3 - Auditórios

Além da sala 5 do ILB, os alunos e professores do ILB possuem à disposição o auditório Senador Antonio Carlos Magalhães, no prédio do Interlegis, com capacidade para até 150 pessoas, onde acontecem seminários, palestras e o Auditório Petrônio Portela, localizado no Anexo II do Senado, para eventos comemorativos, abertura e encerramento de cursos. Todos os auditórios são equipados com todos os equipamentos necessários para a realização dos eventos, computador, telão, projetor, ar condicionado, flip chart e quadro. O auditório do SIS – Serviço Integrado de saúde do Senado também está disponível para o ILB.

4 - Espaço para atendimento dos alunos

A Secretaria Acadêmica do ILB está localizada na Unidade de Apoio V. Funciona das 9h às 20h, de segunda a sexta-feira. Conta com seis colaboradores distribuídos nos três turnos, sendo três estagiários (nas áreas de pedagogia, secretariado e economia),

dois servidores comissionados e um terceirizado. A estrutura física comporta 04 mesas com computadores, uma impressora, um balcão para atendimento e dois armários para guarda e arquivo de documentos. Quando há aulas no período noturno a secretaria funciona até as 22h.

O ILB destina espaços próprios ao atendimento de alunos por professores e coordenadores, permitindo privacidade.

Um dos espaços é a sala dos coordenadores, que conta com computadores, telefone e mobiliário adequado. O outro espaço é compartilhado com a Comissão Própria de Avaliação, que conta com mesa de reunião para 12 pessoas, computador e telefone próprio.

Também existe a possibilidade de utilização de espaço próprio do Serviço de Pós-Graduação da COESUP, que tem mesa de reunião para 5 participantes, mas sem privacidade.

Todos os espaços são de fácil acesso, localizados no mesmo bloco das salas de aula.

5 - Infraestrutura destinada à CPA

A CPA dispõe de sala de reuniões própria com capacidade para 12 participantes, além de computador próprio e estante para guarda de material. A secretaria acadêmica atende à CPA na parte administrativa, como elaboração das atas das reuniões e coleta das assinaturas, organização de documentos, contato com os membros da CPA.

6 - Instalações sanitárias

Atendendo a pedidos da comunidade acadêmica os banheiros do ILB foram reformados e modernizados em 2016.

O Espaço Servidor, localizado próximo ao ILB, também possui instalações sanitárias que atendem aos alunos do ILB, nesse caso, o sanitário masculino possui dois mictórios e um sanitário completo e o feminino

O Prédio do Intelegis conta com sanitários em todos os andares, incluindo 1 por andar exclusivo para portadores de deficiência física.

7 Biblioteca

Os alunos do curso de especialização e extensão do ILB dispõem das obras da Biblioteca do Senado Federal, um espaço de mil e trezentos metros quadrados que dispõem de um acervo de 200 mil livros, além de 27 mesas de 4 lugares para que os alunos possam estudar.

A Biblioteca do Senado Federal dispõe de acervo multidisciplinar para subsidiar os trabalhos parlamentares, com a profundidade e a atualidade necessárias, em razão da diversidade dos assuntos discutidos no Congresso Nacional. O acervo é especializado em Ciências Sociais, sendo composto por 60% de obras de Direito, Ciência Política, Economia e Administração e 40% pelas demais áreas de conhecimento.

O acervo da Biblioteca é composto por, aproximadamente, 200 mil livros, dos quais 12 mil são obras de referência (dicionários, enciclopédias, glossários e outros) e 29 mil são folhetos (obras com até 48 páginas). Esses números são dinâmicos com variações de um ano para outro. O crescimento dessa coleção é de, aproximadamente, 5 mil publicações por ano.

A coleção de revistas impressas, nacionais e estrangeiras, tem mais de 290 mil fascículos, e inclui, também, anuários e almanaques, totalizando cerca de 4.500 títulos.

A Biblioteca do Senado Federal seleciona e indexa artigos de jornais desde 1972. A coleção é formada por exemplares de jornais impressos e na íntegra. O arquivo de recortes de jornais possui aproximadamente 3 milhões de recortes de matérias selecionadas de 13 jornais brasileiros: Brasil Econômico, Correio Braziliense, O Dia, O

Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo, O Globo, Jornal do Brasil, Tribuna do Brasil, Tribuna da Imprensa, Jornal da Tarde, Gazeta Mercantil, Jornal de Brasília e Valor Econômico. Os recortes de cerca de 7 mil assuntos estão organizados em pastas. Desde 1987, artigos de jornais, especialmente os de opinião, e os de autoria de senadores, fazem parte da base de dados de jornais da RVBI. Em 2004, foi implantado o Banco de Notícias (BNOT), sistema de clipping eletrônico de recortes de jornais, em texto completo, totalizando mais de 200 mil documentos. A Biblioteca recebe atualmente oito jornais brasileiros: Brasil Econômico, Correio Braziliense, O Dia, O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo, O Globo, Jornal de Brasília e Valor Econômico. Suas notícias capturadas da Internet são depositadas na Biblioteca Digital do Senado Federal – BDSF.

7.1 Coleção de Multimeios

Composta por cerca de 9.400 itens, incluindo CDs, DVDs, mapas, slides e 4.200 microfimes. A Coleção tem vários números de 103 títulos dos principais jornais editados no país a partir de 1810, e relatórios ministeriais e presidenciais do Brasil, da época do Império e da Primeira República.

7.2 Obras Raras e Especiais

A coleção de obras valiosas da Biblioteca do Senado Federal é composta por 9.000 volumes, entre livros, revistas, jornais e mapas. O acervo contém obras com mais de 300 anos, sendo a mais antiga o *Novvs Orbis, seu, Descriptionis Indiae Occidentalis*, de Johannes de Laet, datada de 1633. O livro é uma descrição geográfica, científica, etnológica e linguística da América, com especial destaque para o Brasil. Até outubro de 2009 a consulta à coleção de obras raras era restrita às dependências da Biblioteca. Mas, a partir de novembro daquele ano teve início a digitalização das publicações valiosas que passaram a fazer parte da Coleção Digital de Obras Raras, colocando várias raridades à disposição de qualquer pessoa conectada à Internet.

7.3 Coleção Depósito Legal das publicações do Senado

A Biblioteca é responsável pela preservação da memória editorial do Senado Federal (Resolução do Senado Federal nº 66 de 1996), sendo a guardiã de exemplares dos títulos publicados na Casa em versão impressa ou digital. A Coleção conta atualmente com cerca de 11.000 volumes.

8 Biblioteca – acervo virtual

A Biblioteca Digital do Senado Federal (BDSF) armazena, preserva, divulga e dá acesso, em formato digital, documentos a mais de 264 mil documentos de interesse do Poder Legislativo e da sociedade, propiciando segurança e preservação da informação, maior visibilidade na Internet, maior rastreabilidade em mecanismos de busca e rápida disseminação do conhecimento.

O acervo digital é variado, dividindo-se entre livros, obras raras, artigos de revista, notícias de jornal, produção intelectual de senadores e servidores do Senado Federal, legislação em texto e áudio, entre outros documentos. As obras publicadas na BDSF são de domínio público ou possuem direitos autorais cedidos pelos proprietários, possibilitando acesso e download gratuitos das obras.

A Rede Virtual de Bibliotecas (RVBI), gerenciada pela Biblioteca do Senado Federal, proporciona na pesquisa o acesso a títulos de 12 bibliotecas do DF. O catálogo coletivo tem um crescimento médio de três mil documentos por mês, disponíveis para pesquisa online em tempo real. O catálogo online, atualmente, possui cerca de 1 milhão de títulos. O software Aleph, instalado no Prodasen, é utilizado para administração e coordenação da rede cooperativa centralizada. Através dele é possível realizar procedimentos de aquisição, registro de acervo, catalogação, empréstimos e recuperação da informação. A RVBI, por consistir em um catálogo coletivo de 12 bibliotecas do Distrito Federal, disponibiliza majoritariamente apenas referências e não o texto completo dos documentos.

9 Serviço de informatização de acesso aos acervos

Os acervos da Biblioteca do Senado são totalmente informatizados, permitindo rápida localização de informações tanto na Biblioteca do Senado quanto nas outras bibliotecas da rede.

Todos os textos selecionados para utilização em cursos do ILB são disponibilizados tanto em forma física quanto digital, preparada especialmente para os alunos dos cursos de pós-graduação.

A Biblioteca também disponibiliza acesso a bases de dados assinadas, importantes fontes de informação técnica especializadas, que também podem ser consultadas por necessidade de trabalho ou de formação.

Os principais serviços disponibilizados são:

- Atendimento ao usuário
- Empréstimos
- Livros novos
- Sumários de revistas
- Reprodução de publicações
- Catálogo da Rede Virtual de Bibliotecas - Congresso Nacional

10 Plano de atualização do acervo

O desenvolvimento e atualização do acervo da Biblioteca do Senado Federal segue diretrizes da Política de Desenvolvimento de Coleções da Biblioteca, estabelecido em 1997 e atualizado em vários momentos. O órgão que atua diretamente nessa tarefa, selecionando materiais bibliográficos para aquisição é o Serviço de Desenvolvimento de Coleções, da Coordenação de Biblioteca, em trabalho conjunto e periódico com a Comissão de Seleção, esta constituída, basicamente, de servidores da Biblioteca e de outros órgãos do Senado Federal, destacando-se a Consultoria Legislativa.

O desenvolvimento e atualização do acervo utiliza variadas fontes para a seleção: sugestões de usuários, indicações de outros bibliotecários, indicações de

membros da Comissão, bases de dados bibliográficas, catálogos e sites de editores, livreiros e fornecedores, listas de novas aquisições e boletins bibliográficos de bibliotecas, prêmios nacionais e internacionais de literatura, resenhas e suplementos literários de jornais e revistas, feiras de livros e visitas às livrarias.

Em 2016 foram analisados e atualizados o ementário dos cursos o que resultou na necessidade de aquisição de livros, revistas e outras formas de publicação. A Biblioteca do Senado Federal fez estas aquisições que estão a disposição dos alunos e sociedade em geral.

11 - Tecnologia da Informação

O Saberes é o ambiente virtual de ensino e aprendizagem – AVA do ILB, que utiliza a plataforma Moodle, uma plataforma aberta usada por IES em todo mundo. O Saberes é usado pelo ensino a distância e presencial no ILB. Na pós-graduação, os alunos têm acesso a materiais instrucionais, registro de notas, comunicação com coordenadores e professores do curso e podem usar a plataforma para a realização de fóruns de discussão acadêmica e a realização de pesquisas online, como pesquisa de satisfação e o acompanhamento de egressos.

12 - Espaço de convivência

O Espaço Servidor do Senado Federal é a área de convivência usada pelos alunos e servidores do ILB. É localizado próximo ao ILB, tem 1.121,89m² de área construída (37,12 m² no pavimento térreo e 484,77 m² no mezanino), conta com 165 mesas e 330 cadeiras. Conta ainda com um aconchegante ambiente de interação no mezanino com mesas, sofás, TV e acesso à internet por meio da rede wi-fi. Atualmente conta com uma lanchonete e um restaurante.

13 - Acessibilidade

O Senado Federal mantém aberto o programa de acessibilidade dentro da Casa com a supervisão conjunta da Presidência do Senado Federal, da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais para as Pessoas com Deficiência da CAS e da Diretoria-Geral do Senado Federal. O Programa de Acessibilidade e Valorização da Pessoa com Deficiência, visa à inclusão da pessoa com deficiência em todas as áreas e atividades do Senado. Este programa foi dividido em três áreas de atuação: Acessibilidade da Infraestrutura Urbanística e Predial, Capacitação, Informação, Sensibilização & Valorização e Acessibilidade à Informação.

Em 2016 o prédio do ILB foi adequadamente reformado com vistas a atender aos usuários portadores de necessidades especiais. Os servidores do Senado Federal que possuem necessidades especiais foram convidados a participar da etapa de planejamento das obras, com isto, o diálogo entre engenheiros, arquitetos e usuários aproximou as ações do ponto ideal e adequado para atender a estas necessidades.

Este Relatório Parcial da CPA contempla uma avaliação global do ILB, por meio de um recorte de temas definidos e abrangentes, considerados essenciais: ensino pós-graduação, pesquisa, extensão, responsabilidade social e gestão (recursos humanos, organização e sustentabilidade financeira) . Constitui-se no segundo relatório de uma série de quatro (Nota Técnica INEP/DAES/CONAES No 065).

O ano de 2016 foi determinante para a consolidação do trabalho da CPA que passou a ter uma nova composição estabelece um ponto de partida para o seu trabalho nos próximos dois anos. A CPA do ILB compreende que Escolas de Governo são um campo novo e pouco estruturado dentro da modalidade de ensino superior regulada pelo Ministério da Educação. Assim, todas as ações precisam ser vistas em aproximação com IES regulares e também em distinção as estas mesmas.

No contexto de uma Escola de Governo a submissão de programas e projetos passa pelas peculiaridades processuais dos órgãos da administração pública. A abrangências das ações planejadas também, a própria definição de comunidade acadêmica possui características específicas. Estas particularidades devem ser compreendidas pelos órgãos de regulação do MEC para que não se criem artificialidades que alterem a natureza específica destas instituições.

No tocante a avaliação institucional, destaca-se um forte movimento nacional de adesão a estas práticas e que da parte do ILB há o reconhecimento de sua função estratégica.

Aproximar as diferentes partes envolvidas no processo de avaliação foi o grande desafio enfrentado pela CPA no ano de 2016. Para a superação desta meta foram necessárias ações de sensibilização, reuniões setoriais, reuniões com docentes e discentes. De todas estas ações aquelas que resultaram mais exitosas foram as que demonstraram a efetividade das avaliações como por exemplo as reformas nos sanitários do ILB, a adequação do prédio para o acesso dos portadores de necessidades especiais, a atualização do acervo por meio da aquisição de novas publicações, a

implantação de três novos cursos de pós-graduação, a implantação de grupos de pesquisa, a criação de cursos de extensão.

Considerações Finais

Para uma Escola de Governo instalada a pouco mais de três anos na câmara alta do legislativo brasileiro o ano de 2016 foi especialmente árduo e frutífero. O ILB reviu suas práticas a fim de atender ao padrão nacional para uma IES e assim se preparar para a visita da comissão de avaliação culminância do processo de credenciamento de seus cursos junto ao MEC. Paralelamente, foram criados novos cursos lato sensu, instalados grupos de pesquisa, planejados cursos de extensão. Todas estas ações servindo como pano de fundo para os processos constantes de autoavaliação.

Ao final deste relatório parcial o que se espera é que a dinâmica e ritmo de trabalho do ano de 2016 eleve a eficiência das ações para os próximos anos e gerações de servidores da administração pública.